

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### PROJETO DE LEI Nº 4.503, DE 2019.

"Altera o Decreto- Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código do Processo Penal, para dispor sobre proibição temporária de uso ou acesso à rede mundial de computadores ou conexão semelhante nos crimes cometidos por esse meio, e dá outras providências".

**Autor:** Deputado MÁRIO HERINGER (PDT/MG)

**Relator:** Deputado DELEGADO MARCELO FREITAS (UNIÃO/MG)

### VOTO EM SEPARADO

(Do Sr. Deputado Delegado Ramagem)

Em 02/05/2023 o relator do Projeto de Lei nº 4.503, de 2019, nesta Comissão proferiu parecer pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com emenda.

Considero que o projeto sob exame, ancorado na justificativa de impedir o criminoso cibernético de continuar utilizando a ferramenta que foi por ele utilizada para a prática do crime, propõe uma proibição total de acesso a rede mundial de computadores.

Eis a redação inicial do projeto:

“Art. 2º. O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 –  
CÓDIGO PENAL, passa a vigorar com a seguinte redação:

Interdição temporária de direitos

Art. 47.....



VI – proibição de usar ou acessar a rede mundial de computadores.

.....  
Art. 57-A. A pena de interdição prevista no inciso VI do art. 47 aplica-se aos crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores ou conexão semelhante.”

“Art. 3º. O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – CÓDIGO DO PROCESSO PENAL, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 300-A. A proibição temporária de uso ou acesso à rede mundial de computadores aplica-se nos casos de crimes cometidos por esse meio ou conexão semelhante. (NR)”

O Relator está sugerindo uma emenda pontual, no sentido de que a reforma do Código de Processo Penal fosse inserida em seu artigo 319, que trata das espécies de medidas cautelares diversas da prisão, nos seguintes termos:

“Art. 3º. O art. 319 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código do Processo Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 319.....

.....  
X - proibição temporária de uso ou acesso à rede mundial de computadores nos casos de crimes cometidos por esse meio ou conexão semelhante.”

Em rigor, a proposição veicula a proibição total de acesso à rede mundial de computadores de duas formas e em momentos distintos, a saber:

1. Após o trânsito em julgado da condenação, ao inserir a medida no inciso VI no art. 47 do Código Penal, qualifica a restrição imposta como pena restritiva de direito (sanção); e



2. No curso da investigação ou do processo crime, ao incluir a norma no inciso X do art. 319 do Código de Processo Penal (medida cautelar diversa da prisão)

De acordo com o Projeto de Lei, além das penas restritivas de direito já especificadas no Código Penal e das medidas cautelares previstas no CPP, o condenado ou investigado — sem nenhum critério de distinção — pode ficar sem acesso total à internet.

Entendo que a proposta, da forma como está redigida, possui um grande potencial para acarretar gravíssimos excessos e perseguições políticas.

a inclusão da proibição do acesso a rede mundial de computadores — de forma genérica, irrestrita e em razão do cometimento de qualquer crime — pode atentar contra as garantias e liberdades individuais do cidadão, notadamente a liberdade de expressão, de comunicação, de informação e o livre exercício de atividade profissional.

A proteção desses valores de elevada importância não pode ser colocada de lado em detrimento de medidas etéreas. Não se pode esquecer que, de acordo com a firme JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, todo cidadão possui “[...] a liberdade de informar e de ser informado [...]” (RE 330817/RJ, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno), as quais, atualmente, dependem cada vez mais do acesso à rede mundial de computadores.

É de conhecimento de todos que desde a década de 1990 a Internet deixou de ser um domínio de natureza meramente lúdico ou de entretenimento, passando a ser explorada para fins acadêmicos, educacionais, profissionais e comerciais, passando a compor o acervo patrimonial (material e intelectual) de seus usuários.

Assim, a proposição, da forma como está redigida, padece de legitimidade e higidez constitucional, porque enseja a aplicação de uma medida de forma genérica, indiscriminada e aberta para todo e qualquer crime eventualmente praticado por meio da internet.



A proposição é louvável, mas não podemos esquecer que esse parlamento tem o dever de garantir que as penalidades não sejam subvertidas ou utilizadas para impedir a manifestação livre de opinião.

Nesse contexto, para que a restrição se revele adequada, é imprescindível que a norma prescreva crimes específicos e situações concretas que revelem a inexistência outro meio de igualmente eficaz de inibir a atuação daquele que praticou crimes por meio da rede mundial de computadores.

Desse modo, elegem-se como bens jurídicos a serem protegidos pela norma excepcional crimes graves, praticados contra a dignidade ou a liberdade sexual, contra crianças ou adolescentes, assim como nos casos em que o delito envolver a invasão de dispositivo informático, o furto de dados, a criação de perfis falsos ou a pirataria digital, desde que, em qualquer caso, tenham sido cometidos por meio da rede mundial de computadores ou conexão semelhante.

Afasta-se, portanto, a incidência da nova medida para casos que possam ensejar perseguição política ou delitos de opinião.

A prudência — amparada nos princípios da prevenção, da precaução, da liberdade de expressão e demais direitos e garantias individuais — aconselha que medidas excepcionalíssimas como essa somente tenham aplicação quando não houver outra maneira eficaz para preservar a ordem pública, a instrução criminal ou a assegurar a aplicação da lei penal.

Nesse contexto, além da delimitação dos tipos penais e do caráter subsidiário, a cautela recomenda que a lei também estabeleça um prazo de duração da medida cautelar proposta no CPP, de modo a coibir abusos e impedir a ocorrência de indesejada incomunicabilidade total do réu ou do investigado.

Assim, sugere-se que a medida seja efetivada pelo prazo de 15 dias, admitida a prorrogação se comprovada a necessidade, sempre de forma subsidiária e excepcional, quando não houver outra medida de natureza cautelar diversa da prisão igualmente capaz de evitar prejuízos à persecução penal, devendo o magistrado, em qualquer caso, atentar para os demais



direitos e as garantias previstos na Constituição Federal, assim como para as consequências da sua decisão, especialmente no que diz respeito aos reflexos eventualmente provocados nos vínculos profissionais e educacionais do réu ou investigado.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.503 de 2019, NA FORMA DO SUBSTITUTIVO APRESENTADO ANEXO.

Sala da Comissão, em 09 de maio de 2019.

**DELEGADO RAMAGEM**  
Deputado Federal  
PL/RJ

